

**ATA N.º 1/2022**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE**

**09/02/2022**

***“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.***

-----Aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no edifício “Mira Center”, sob a presidência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Nelson Maltez secretariado pelo Sr. Luís Lavrador 1º secretário e pela Sr.<sup>a</sup> Regina Serrano 2ª secretária. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----**PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento.**-----

----- **PONTO DOIS: Declaração de interesse público municipal do equipamento – edifício destinado a prestação de serviços de apoio social com as valências de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Mira – para efeitos de enquadramento nas disposições regulamentares do Plano Diretor Municipal**-----

-----**PONTO TRÊS: Declaração de projeto de interesse relevante para o concelho para efeitos de enquadramento do projeto de arquitetura do Centro Pastoral no n.º 5 do art.º 10.º do Regulamento do Plano de Urbanização de Mira**-----

-----**PONTO QUATRO: Declaração de interesse público municipal, para efeitos de enquadramento de um pedido de ação de relevante interesse público ao abrigo do art.º 25.º do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua atual redação**-----

-----**PONTO CINCO: Aprovação, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, do Regulamento Municipal do Orçamento Participativo de Mira --**

-----**PONTO SEIS: Aprovação, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual**

redação, da suspensão do pagamento terrados das feiras de Portomar e Mira. -----

-----PONTO SETE: Eleição de representante para o Conselho da Comunidade - ACES Baixo Mondego, no âmbito do decreto lei 28/2008, de 22 de fevereiro.-----

-----PONTO OITO: Aprovação, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação e do disposto no artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo, da retificação do Mapa de Pessoal 2022. -----

-----PONTO NOVE: Anulação, nos termos do artigo 163º do Código do Procedimento Administrativo, da deliberação tomada em 28 de dezembro de 2021 e indicação de um membro cada partido para integrar o Conselho Municipal da Juventude de Mira, em cumprimento do disposto no Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Mira, em articulação com o artº. 26º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.-----

-----PONTO DEZ: Aprovação, nos termos das disposições conjugadas das alíneas ccc) do nº 1 do artigo 33º, com a alínea i) do artigo 25º ambos do anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação da alteração da escritura pública de constituição do direito de superfície a favor do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Mira -----

-----PONTO ONZE: Aprovação, da atribuição de apoios para despesas correntes às Juntas de Freguesia, que compõem o Município de Mira, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro-----

-----PONTO DOZE: Apreciação e votação, conforme previsto no n.º 4 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n. 57/2019, de 30 de abril, da atualização dos valores da transferência de competências para a Junta de Freguesia de Mira -----

-----PONTO TREZE: Apreciação e votação, conforme previsto no n.º 4 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n. 57/2019, de 30 de abril, da atualização dos valores da transferência de competências para a Junta de Freguesia do Seixo -----

---- PONTO CATORZE: Aprovação, nos termos das alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, da prévia autorização para a repartição dos encargos, bem como a emissão da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2022 e 2023, no âmbito de procedimento a abrir para realização da empreitada de “Regeneração Urbana do Centro de Mira”. -----

-----PONTO QUINZE: Aprovação, nos termos do artigo 24.º e nas alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação da repartição de encargos para os anos económicos de 2022 a 2024, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para “Aquisição de serviços de recuperação e reflorestação de terrenos submetidos ao regime florestal ardidos em 2017, no âmbito da Candidatura PDR 2020-814-067654”-----

---- PONTO DEZASSEIS: Aprovação, em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º, bem como, da alínea a) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, e artigo do artigo 130º da Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro da 1ª. Revisão Orçamental-----

---- **PONTO DEZASSETE: Aprovação, nos termos da alínea a), do nº. 1, do artº. 26º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do Regimento da Assembleia Municipal de Mira, para o quadriénio de 2021/2025.** -----

----**PONTO DEZOITO: Processo de inspeção nº NUI/AA/OT/000 004/20.7.AOT- relatório final - Tomada de conhecimento** -----

----**PONTO DEZANOVE: Declarações de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso – Ano 2021- Tomada de conhecimento** -----

---- **PONTO VINTE: Assunção de compromissos plurianuais - Tomada de conhecimento** -----

---- Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida e os vereadores/a Artur Fresco, Madalena Santos e Tiago Cruz. -----

----**PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Nelson Teixeira Maltez, Paulo Jorge Santos Grego, José Luis Pimentel Lavrador, João Luis dos Santos Marques de Pinho, Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Regina Maria Duarte Serrano, Maria José Jesus Silva, Gabriel Miranda de Pinho, Carlos Jorge Santos Nora, João Pedro Almeida em substituição ,de Guida Filomena de Jesus Reigota, Eurico Petronilho Martins, Manuel Ferreira Inocêncio, Clara Clemente em substituição de Telma Milene Magueta Salvador, Andreia Sofia Simãozinho Petornilho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, António Manuel Teixeira da Silva, Maria Adélia Maranhão, em substituição de Sara Patrícia Ferreira Braguez, Marta Sofia Cunha e Silva, António José Domingues Gonçalves, Augusto José Domingues Louro Miranda, Fernando Manuel Miranda Capelôa, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Edite Custódio em substituição de Carlos Alberto Pessoa Mendes da Costa, da Praia de Mira, Francisco Daniel

Soares Reigota, do Seixo, Rui Pedro Pinho Rocha, dos Carapelhos, Carla Cristina Conceição dos Santos.-----

-----**FALTAS**-----

-----Verificou-se a falta de: Guida Reigota, Telma Salvador, Sara Braguês e Carlos Costa.-----

----- **HORA DE ABERTURA** -----

----- Os trabalhos tiveram início às dezassete horas e vinte minutos, após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas.-----

-----**PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA**-----

-----Tomou o uso da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia** que pediu autorização para corrigir a ata nº9 que já teria sido aprovada, no ponto número seis “... *Designação do (s) representante (s) das freguesias na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Florestais, nos termos da alínea b, do nº. 3, do artº. 29 do Decreto-Lei 82/2021, de 13 de outubro de 2021*” teve como deliberação: “... *o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira como representante e o Presidente de Junta da Praia de Mira como substituto.*” e passaria a contar como efetivo, também o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira.-----

-----Todos os presentes concordaram com aquela correção.-----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS:**-----

-----Ata nº10 de 28 de dezembro de 2021: submetida a votação foi aprovada com maioria, com uma abstenção de Francisco Reigota.

-----Não intervieram na votação, em cumprimento do estipulado no nº. 3, do artº. 34º. do Código do Procedimento Administrativo, os elementos que não participaram na sessão a que a referida ata se reporta.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos **Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia**-----

---- Interveio a Sra. Edite Custódio (em representação do Sr. **Presidente da Junta de Freguesia de Mira**), que começou por cumprimentar todos os presentes e começou a sua intervenção aludindo para o facto de receber queixas relativamente à sinalética vertical e tracejados das vias estarem danificados, contudo a Junta propôs-se a proceder ao levantamento da relação dos sinais em falta e proceder à sua colocação se os mesmos forem fornecidos. -----

---- Interveio o Sr. **Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira**, que cumprimentou todos e disse que ia elencar obras de manutenção que eram necessárias na sua freguesia. Começou por referir a ponte por de trás das bombas de gasolina (“boca da Vala”) que precisava de uma intervenção de fundo; o Barco da Arte Xávega estava num estado avançado de deterioração e não sabia se haveria solução para alguns aspetos ou não; o Palco da Barrinha apesar de há cerca de quatro anos ter sido intervencionado, naquele momento ele não estava em bom estado, bem como, os equipamentos de drenagem adjacentes ao palco que antes de haver aterro do antigo lago, drenavam para lá, presentemente o mesmo não era feito e ficava a água na relva. -----

----Alertou para o facto de os espaços com relva estarem a necessitar com alguma urgência de serem cortados. -----

---- Interveio o Sr. **Presidente da Junta de Freguesia do Seixo**, que cumprimentou todos e começou por relembrar que as obras de saneamento foram abordadas na última Assembleia e com elas o alcatroamento das vias que ter-se-ia dito que o alcatroamento iniciava no mês do março, no entanto, já tinha começado o que era muito positivo. No entanto, questionou se para além do alcatroamento acordado naquela empreitada daria para alcatroar outras vias que estavam em mau estado. -----

----Questionou se havia alguma novidade relativamente à Casa Florestal que estava perto da zona Industrial, e que a Junta de Freguesia tinha demonstrado interesse em ficar com a sua posse ou, então, a Câmara Municipal. -----

-----Por último questionou como estavam as obras no Largo, visto que o que parecia faltar essencialmente era a iluminação. -----

---- Interveio a Sra. **Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos**, que após cumprimentar todos, falou da obra de requalificação das Varandas de São Bento, pois já estavam a terminar, no entanto, o sistema de rega e a sementeira estavam previstos para depois dos meses mais chuvosos, mas uma vez que tal não estava a acontecer podia pensar-se em agilizar para mais cedo aqueles trabalhos e concluir a obra mais cedo. -----

-----Alertou para o facto de alguns pontos verdes (relva) no Concelho estarem a ficar ligeiramente secos. -----

-----Questionou acerca da possibilidade de intervenção em algumas vias da sua freguesia pois, haviam bastantes buracos em algumas e a demarcação nas vias teria de ser “renovada”. -----

-----Agradeceu ao executivo pelo apoio às Juntas de Freguesia, pois era uma ajuda importante para fazer face às despesas das mesmas. -----

-----Agradeceu à Confraria dos Nabos e Companhia pela iniciativa gastronómica que estavam a promover. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** começou por parabenizar o Partido Socialista pela vitória alcançada nas Eleições Legislativas. -----

-----Explicou que a sinalética e sinais de trânsito eram responsabilidade das Juntas de Freguesia, só quando haviam sinais novos é que era a Câmara que colocava. No entanto, como era prática há alguns anos, os serviços das Juntas que fizessem chegar à Câmara as necessidades dos mesmos para serem adquiridos e depois dados às Juntas de Freguesia para que elas procedessem à sua colocação. -----

-----Relativamente à ponte da Freguesia da Praia de Mira, estava tudo encaminhado para começar em poucas semanas a sua manutenção, bem como o barco de Arte-Xávega, também estava a ser tratada a forma de como ia fazer-se a sua manutenção pois era uma matéria mais específica. -----

-----O palco da barrinha era de rápida e fácil deterioração tinha de ser avaliado o seu estado atual bem como o sistema de drenagem. -----

-----Na Freguesia do Seixo estava-se a tentar encontrar uma solução pois com as obras de saneamento os rasgos na estrada eram reparados, mas o resto da estrada ficava muito má, então estava-se a tentar encontrar uma solução, não para todas, mas para as estradas mais danificadas. -----

-----Quanto à casa Florestal já se tinha feito o pedido no âmbito da transferência de competências do património devoluto, ter-se-ia de aguardar. -----

-----Nas obras de requalificação do Largo, faltava a iluminação pública que estava a tratar-se junto da EDP para colocação de iluminação LED. O processo estava a ser desencadeado e pensava que estaria pronto e nos próximos meses ficava resolvido. -----

-----Confirmou que faltava a instalação da rega e a relva para que a obra de requalificação das Varandas de São Bento ficasse pronta, no entanto, acreditava que a obra ficasse concluída dentro de pouco tempo. -----

-----Referiu que era hábito as regas estarem desligadas naquela altura do ano, mesmo com a seca que se fazia sentir ia fazer-se um compasso de espera a ver se chovia. -----

-----Contava que se conseguisse intervir na estrada que ligava os Carapelhos à Presa. -----

-----Os cortes de relva na Freguesia da Praia de Mira iam ser feitos pelos serviços camarários. -----

---- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

---- Interveio o **Sr. Carlos Nora** (PS) que após cumprimentar todos, começou por falar da visita da Dra. Marta Temido ao Concelho de Mira, nomeadamente, a algumas empresas e que tinha ficado a conhecer melhor as mesmas. -----

-----Disse ter ficado surpreendido com o facto de algumas pessoas do PSD terem ido às redes sociais dizer que a Ministra deveria ter ido ao Centro de Saúde. -----

-----Enumerou algumas das empresas que foram visitadas, entre elas, a Mirapack Embalagens, Siro – Substratos Profissionais (Leal e Soares) e Acuinova. -----

-----Interveio o **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD) que cumprimentou todos e iniciou dizendo que não sabia que se estava em campanha política depois de ter ouvido o seu colega anteriormente. Esperava que uma vez que o Partido Socialista tinha a maioria absoluta resolvesse os problemas do concelho de Mira. -----

-----Mostrou a sua preocupação quanto aos recursos hídricos e questionou como estavam as limpezas das valas, lagos, ribeiras no Concelho de Mira. -----

-----Questionou acerca de como estava a questão da ETAR, pois era uma questão muito importante para todos os mirenses. -----

-----Por último, interrogou acerca da solução que estava pensada para o cemitério de Mira, visto a falta de espaço. -----

----- Interveio o **Sr. António Teixeira** (PS) que leu o seguinte texto:-----

-----*“Boa tarde. Os meus sinceros cumprimentos para todos os presentes em geral.* -----

-----*Quero em primeiro lugar dizer que sinto um regozijo enorme em estar pela primeira vez aqui na Casa da Democracia do nosso concelho a representar quem me elegeu. Por outro lado, estou algo dececionado em relação à maneira como alguns colegas aqui intervêm.* -----

-----*Não fomos eleitos só para elogiar e aprovar as boas decisões, mas também e sobretudo para apontar o dedo quando algo está mal (seja qual for a bancada que a que pertencem) e apresentar ideias que penso que são bem recebidas pela vereação. Penso eu, novo nestas andanças, que estamos aqui também para ajudar.* -----

-----Existem deputados que passam aqui a mensagem “de que tudo está bem e tudo vai às mil maravilhas”. Não! Todos sabemos que não está tudo bem e por isso não estão a respeitar quem votou neles nem a cumprir a missão que democraticamente lhes foi incumbida. -----

-----No meu caso a minha primeira missão é interrogar o sr. Presidente se está a fazer ou se pensa fazer algo para preservar a nossa Identidade que até aqui tem sido esquecida e tão mal tratada?-----

-----Muita falta de respeito se tem verificado pelos nossos antepassados que tanto lutaram para transformar as areias do “deserto” da Gândara em terras férteis e habitáveis ao mesmo tempo que desenvolviam a arte de pescar na nossa costa. -----

-----Para esta minha primeira vez, escolhi, entre muitos que tinha para citar, 3 pontos que penso serem de uma importância relevante e de necessidade de uma resolução urgente. -----

-----1 – Sr. Presidente, existe algum plano para a recuperação das Casas Gandaresas e dos Palheiros ainda existentes, estes quase extintos? -----

-----Existe ou prevê-se algum apoio aos proprietários para poderem no mínimo restaurar a parte exterior dos mesmos? Ou vamos deixar desaparecer este património que representa a história do povoamento da nossa costa?-----

-----2 – Sr. Presidente, existe alguma estratégia para não deixar acabar a Arte Xávega, a nossa principal atração turística, que sem ela o nosso Turismo cairá tragicamente? Que peso na consciência iríamos ficar!-----

-----Os pescadores precisam de um apoio urgente, não só durante a atividade, mas sobretudo durante a paragem biológica, pois a ajuda que recebem atualmente é insignificante e insustentável o que os faz obviamente desistir da Arte e procurar outras alternativas no mercado do trabalho. -----

-----Temos que agir rapidamente pois corremos o risco de dentro de 1 ou 2 anos não termos ninguém que queira perder o seu tempo apenas para sair nas fotos

*dos postais, nas reportagens televisivas ou apenas para servir de carta de visita da Autarquia. -----*

*-----3 – Concelhos do interior constroem praias fluviais artificiais e nós que temos as melhores condições que a Natureza nos ofereceu e que nos fez no passado sermos uma das melhores, temos tudo abandonado e maltratado. -----*

*-----Ficamos muitas vezes sem resposta quando turistas que nos visitam há muitos anos nos perguntam “o porquê de tão triste cenário que já foi um paraíso”? O problema é a água da Barrinha? Que bem ficava uma piscina ao ar livre naquelas margens (projeto já existente em 1952). Dá para rir! -----*

*-----Já agora, como assentava bem essa piscina na Ilha dos Namorados! -----*

*-----Pergunto então ao sr. Presidente se existe algum projeto imediato ou se muita desta gente vai morrer sem ver restaurada a Praia Fluvial onde aprenderam a nadar, ou simplesmente se irá optar pela solução mais fácil e talvez mais conveniente: a criação de uma nova concessão de gaivotas? -----*

*-----Como muitos turistas dizem “Mira parece que não pertence ao mesmo país dos outros concelhos”!-----*

*-----Eu e em nome de quem me elegeu agradeço a vossa atenção.”-----*

*-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** começou por ressaltar que não podia responder ao Deputado Carlos Nora uma vez que ele só tinha feito considerações e não questões, no entanto, tinha a ressaltar que até então tinha havido sempre boas relações e entendimentos entre o executivo e as empresas do concelho. Na sua opinião, achava que a Dra. Marta Temido deveria ter ido, sim ao Centro de Saúde e perceber a dificuldade *in loco*. -----*

*-----Na questão dos Recursos Hídricos, informou que tinha vindo o Regimento de Engenharia de Espinho, fazer o reconhecimento do terreno para posterior intervenção/limpeza dos principais sítios, nomeadamente o canal, Vala Real, entre outros. -----*

*-----No que dizia respeito à ETAR, referiu que tinha falado com o Sr. Presidente da Assembleia antes do início da reunião pois, havia necessidade de nomear*

uma pessoa de cada partido de uma forma informal para integração numa comissão de acompanhamento, para se poder marcar uma reunião com o Sr. Presidente das Águas do Centro Litoral para serem prestadas contas aquela Assembleia Municipal de qual era o estado do concurso público e todo o restante processo. -----

-----Relativamente ao Cemitério de Mira, informou que havia um projeto e estava na fase de conclusão para depois poder ir a concurso público, lembrou que o projeto já tinha sido apresentado no anterior mandato numa Reunião de Assembleia Municipal. -----

-----Quanto às casas gandaresas, informou que viria numa das próximas sessões uma proposta de isenções para todos os que tivessem aquelas casas e as preservassem. Disse que era intenção da Câmara adquirir um palheiro e/ou moinho para preservação de património.-----

-----Na questão da Arte Xávega, disse que ia haver um apoio a cada “Companha”, no entanto, houve uma reunião com o Turismo de Portugal, no sentido de ter “uma estratégia de ciência e coletiva”, ou seja, uma forma de se preservar a Arte Xávega. -----

-----Apontou para o facto de haver um projeto submetido na CCDR que ia ao encontro das necessidades de requalificação da Barrinha e Praia Fluvial, aludiu para o facto de ser uma zona muito difícil, pois haviam vários pareceres a pedir pois eram várias entidades a intervir naquela área. -----

----- Interveio o **Sr. Manuel Inocêncio** (PSD) que cumprimentou todos os presentes e começou por questionar onde seria investido o valor de setecentos e cinquenta mil euros na Zona Industrial do Montalvo. -----

-----Uma segunda questão/informação prendia-se com o cruzamento da estrada da Acuinova que ligava à N109 Ermida, ocorriam diversos acidentes naquela zona e achava importante fazer-se alguma coisa quanto aquela situação (a nível de sinalético ou outro). -----

-----Relativamente aos espaços verdes, falou da necessidade de haver uma manutenção aos sistemas de rega de forma aos mesmos funcionem bem e não tenham fugas, pois a água era preciosa. -----

-----Interveio a **Sra. Marta Silva** (PSD) que cumprimentou todos e iniciou a sua intervenção pedindo um ponto de situação do Mercado da Praia de Mira e do Plano de Pormenor da Videira. -----

-----Interveio a **Sra. Andreia Petronilho** (PS), que cumprimentou todos e questionou qual teria sido a base regulamentar da poda dos sobreiros do Corticeiro de Baixo e qual teria sido o destino das podas. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** começou pela Zona Industrial de Montalvo e explicou que os setecentos e cinquenta mil euros iam ser investidos na ampliação das infraestruturas existentes, inclusive estava a decorrer concurso público para aquele fim. Quanto aos acessos, haviam várias possibilidades, entre elas, possibilidade de ligar ao nó da A-17, frente às bombas do Senhor Fernando Inocêncio; outra possibilidade era sair pelo lado da Corujeira e por outro lado era alargar a uma outra estrada que ia dar à Ermida.

-----Relativamente ao cruzamento que ligava a N109 à Ermida já teve oportunidade de ir até ao local com o Sr. Diretor Regional das Infraestruturas das Estradas de Portugal para tentarem perceber o porquê de mais acidentes nos últimos meses, visto que, a sinalética era a mesma e estava tudo conforme tinha estado sempre, no entanto, ia colocar-se sinalização luminosa ou sinalização vertical, enfim, estava-se a estudar uma solução em conjunto com as Infraestruturas de Portugal. -----

-----Quanto ao Mercado da Praia de Mira, estavam a haver reuniões semanais com o empreiteiro, mas o mais certo era ter de se ir para tribunal pois não havia entendimento possível com ele. -----

-----Relativamente ao Plano de Pormenor da Videira, formalmente já tinha sido iniciado, esperava conseguir resolver o problema das casas e terrenos tantos quantos lhe fossem possíveis. -----

-----Quanto ao às podas no Corticeiro teria de ver com os serviços. -----

-----Tomou o uso da palavra a **Sra. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos**, esclarecendo que os sobreiros desde o incêndio não teriam sofrido qualquer poda, apesar do executivo anterior o ter solicitado junto do ICNF e nunca ter recebido resposta. No entanto, após aquele executivo ter tomado posse, foi solicitado novamente, junto daquela entidade, autorização para a poda dos três sobreiros. Foi então, autorizada a poda consoante algumas indicações referidas pelo ICNF. De seguida foi enviado um e-mail à CMM a solicitar ajuda da parte dos Sapadores para execução da mesma. Ressalva que também ajudou o antigo Presidente da Junta de Freguesia, dado o conhecimento que tinha naquela área. Os sobrantes (podas) estiveram 3 dias no local visto que foi fim-de-semana. Quem telefonou a questionar e pedir ramadas, foi-lhes respondido que podiam ir buscar o que quisessem. Os troncos maiores foram guardados para reaproveitamento, nomeadamente, decorações. -----

-----Acrescentou que foi feita uma denúncia à GNR que já tinha levantado um auto e enviou para a autoridade competente, ICNF. Estava a aguardar-se o resultado. -----

-----Interveio o **Sr. Gabriel Pinho** (PSD), que questionou de quem era a responsabilidade quanto à limpeza do terreno da Casa da Criança, pois estava a necessitar muito de ser intervencionado. -----

----- Quanto à poda dos sobreiros na sua freguesia, quis dizer que ajudou na mesma juntamente com os sapadores, no entanto, houve alguém que teria questionado acerca da mesma, quem a tinha autorizado e para onde iriam os sobrantes. Informou ainda, que teria havido uma queixa na GNR quanto àquela situação. -----

----- Interveio o **Sr. João Luís Pinho** (PS) que iniciou a sua intervenção questionando acerca do ponto de situação dos percursos pedonais e pedestres pois estar-se-ia em breve, dentro da próxima época balnear e os mesmos estavam num estado lastimável. -----

----- Alertou para a pressão que se devia fazer para se fazer a limpeza de terrenos e demais por causa da época de incêndios.-----

-----Quis saber qual era o ponto de situação quanto à candidatura feita para execução de uma ETAR. -----

-----Ressalvou que gostou de ouvir mais pessoas a falar e a terem preocupação relativamente à água.-----

-----Interveio o **Sr. Fernando Capelôa** (PSD), cumprimentou todos e começou por questionar acerca do ponto de situação da transferência de competências na área da saúde e de como estavam as obras das bancadas do Estádio Municipal.

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** começou por referir que sempre houve preocupação do PSD relativamente ao assunto da água, tanto que tiveram a coragem de criar uma empresa Intermunicipal para gestão da mesma. -----

----- Mencionou a preocupação com os Recursos Hídricos e lembrou que aquando da sua entrada na CMM tinha contado com a ajuda dos militares para efetuar na limpeza dos mesmos. -----

-----Quanto aos percursos pedestres informou que já estava programada uma limpeza e manutenção dos mesmos. -----

-----A descentralização da Saúde encontrava-se mais atrasada do que a da Educação, por exemplo. Estava a haver alguma dificuldade na interligação com a DRS - Direção Regional de Saúde relativamente aos funcionários. -----

-----Informou que a inauguração das bancadas do Estádio Municipal estava para breve (mês seguinte).-----

-----O Centro de Bem Estar Infantil, Casa da Criança, não pertencia à CMM. ---

-----Tomou o uso da palavra o **Sr. Paulo Grego** (PS) que expressou o seu desagrado perante o número de pontos (20) daquela Assembleia Municipal e o horário da mesma, pois não era humanamente possível uma pessoa que trabalha ter tempo para preparar aquela Assembleia. -----

-----Opinou acerca dos comentários tecidos pelo Sr. Presidente da Câmara, ou seja, na sua opinião, o Sr. Presidente da Câmara tinha de limitar-se a responder a questões que lhe eram colocadas e não a tecer comentários. -----

-----Interveio a **Sra. Clara Clemente** (PSD) que cumprimentou todos e questionou acerca do ponto de situação da transferência de competências na área da Educação.-----

-----Relembrou que a sul da Praia do Poço da Cruz no ano passado houve interdição da mesma, apesar do problema ser de causas naturais, questionou se havia alguma novidade acerca daquela situação, pois era uma zona onde havia a prática de surf. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** começou por esclarecer que a transferência da na Educação estava um bocadinho mais avançada do que na área da Saúde. Já houveram reuniões com a Sra. Diretora Regional em que houve preparação da mesma juntamente com o Agrupamento de Escolas. -----

-----Na passada semana esteve na Praia do Poço da Cruz juntamente com os representantes da Agência Portuguesa do Ambiente e que lhe foi assegurado que ia haver uma intervenção no local “shot de areia” depois das marés de março. -----

-----Elucidou que ali era um órgão político e que ao haver um “ataque” a uma vereadora sua ele tinha de sair em defesa da mesma. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

-----**PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento.**-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** destacou na parte financeira do relatório o aumento da execução do orçamento (receitas/despesas) e por ali já se podia concluir qual seria o encerramento de contas. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Sr. Francisco Reigota** (PS), começou por fazer referência à página nº3, ao quadro de transportes e à indisponibilidade ou pela viatura ou pelo motorista quis saber o porquê. Nas páginas nº8,9,10,14,15 e 16 estavam descritos processos do contencioso e questionou se havia mais alguns além daqueles e se houvessem pediu que explicasse. Na página nº21 apareciam alguns procedimentos concursais e novas contratações, mais concretamente, 8 pessoas, questionou qual foi o critério para a contratação das mesmas. -----

-----Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD) que congratulou a transparência daquele documento. Disse ser positivo que pelo segundo ano não havia pagamentos em atraso, no entanto aludiu para o valor dos compromissos por pagar. Na área do turismo, página 59, falou da evolução positiva que aquela área teve até então. -----

-----Interveio o **Sr. Paulo Grego** (PS) que se confirmava o valor acima dos 80%, como se havia falado noutra Assembleia Municipal, das taxas de execução. Reforçou o que foi dito pela colega anteriormente, relativo ao aumento dos compromissos por pagar e que era um aspeto negativo. -----

----- Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que não havia indisponibilidade dos motoristas, mas sim a situação atual (pandemia) e o facto das associações terem menos atividades. -----

-----Em relação aos processos do contencioso fez alusão a vários explicando-os e ressaltando que sempre que se achava pertinente recorria-se do mesmo. ---

-----Quantos às contratações das 8 pessoas, referiu que as mesmas já teriam vindo referidas no mapa de pessoal de 2022. Aquelas contratações eram para a área da educação e da piscina municipal. -----

----- Em resposta à questão da deputada Lurdes Mesquita e do deputado Paulo Grego em relação aos compromissos por pagar, estava relacionado com facto estarem a decorrer muitos processos do Portugal 2020. -----

#### ----- **VOTAÇÃO** -----

-----**Tomado conhecimento.** -----

**----- PONTO DOIS: Declaração de interesse público municipal do equipamento – edifício destinado a prestação de serviços de apoio social com as valências de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Mira – para efeitos de enquadramento nas disposições regulamentares do Plano Diretor Municipal-----**

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por esclarecer que aquele ponto estava ligado às IPSS´s do nosso concelho se quiserem candidatar ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para lares, centros de dia etc. Daí ser necessário as declarações de interesse municipal. -----

**----- VOTAÇÃO -----**

-----Colocado à votação o Ponto 2 foi **aprovado por unanimidade.** -----

-----Não participou na votação, o deputado Manuel Inocêncio, em cumprimento do disposto no art.º 31.º do Código do Procedimento Administrativo, em articulação com o art.º 55.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.-----

**-----PONTO TRÊS: Declaração de projeto de interesse relevante para o concelho para efeitos de enquadramento do projeto de arquitetura do Centro Pastoral no n.º 5 do art.º 10.º do Regulamento do Plano de Urbanização de Mira-----**

**----- VOTAÇÃO -----**

-----Colocado à votação o Ponto 3 foi **aprovado por unanimidade.** -----

**-----PONTO QUATRO: Declaração de interesse público municipal, para efeitos de enquadramento de um pedido de ação de relevante interesse público ao abrigo do art.º 25.º do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua atual redação-----**

**----- VOTAÇÃO -----**

-----Colocado à votação o Ponto 4 foi **aprovado por maioria**, com 1 abstenção do CHEGA e restantes votos a favor (PS e PSD).-----

-----Não participou na votação, o deputado João Luis Pinho, em cumprimento do disposto no art.º. 31.º. do Código do Procedimento Administrativo, em articulação com o art.º. 55.º. do Anexo I, da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

**-----PONTO CINCO: Aprovação, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, do Regulamento Municipal do Orçamento Participativo de Mira --**

-----Interveio o **Sr. Paulo Grego** (PS), questionando como era possível nunca ter sido publicado nada daquela matéria. Disse ficar sem saber se o documento teria efeitos retroativos ou não. -----

-----Interveio a Chefe de Divisão, Cármen Santos, explicando que o documento tinha efeitos retroativos pois, o novo CPA - Código do Procedimento Administrativo contemplava aquela situação. -----

**----- VOTAÇÃO -----**

-----Colocado à votação o Ponto 5 foi **aprovado por unanimidade**. -----

**-----PONTO SEIS: Aprovação, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da suspensão do pagamento terrados das feiras de Portomar e Mira. -----**

----- Tomou o uso da palavra a **Vereadora Madalena Santos**, que explicou que a proposta era para autorização de uso gratuito do espaço público dos terrados das feiras de Mira e Portomar aos feirantes com títulos de concessão caducados pelo prazo de seis meses ou até o procedimento concursal estar terminado e serem atribuídos novos títulos válidos de concessão se tal acontecer antes de decorrido aquele prazo. Mais disse, que ia aproveitar-se aquela situação para se poder reorganizar os espaços por setores. -----

-----Interveio o **Sr. Paulo Grego** (PS) dizendo que aquela proposta era direta, no entanto, questionou como se chegou ao ponto de todos os feirantes terem o

seu título de concessão caducados. Quis saber quanto é que ia custar aquela situação ao município. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que aquela situação de caducidade era uma forma de colocar todos os feirantes em pé de igualdade, quando fossem para a Hasta Pública. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota (PS)**, alertou para o facto de numa Reunião de Câmara em junho de 2021 ter havido um ponto daquele âmbito. Na sua opinião os serviços deviam ter sido mais ágeis, pois a situação já era conhecida. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que aquela medida era exatamente para que se pudesse colocar tudo a “zero” e que todos estivessem em igualdade. -----

-----Interveio o **Sr. Manuel Inocêncio (PSD)** dizendo que não achava que tivesse havido falta de zelo, houve sim uma preocupação em melhorar todo aquele espaço. -----

#### ----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 6 foi **aprovado por maioria**, 9 abstenções do PS e restantes a favor, CHEGA e PSD. -----

-----**PONTO SETE: Eleição de representante para o Conselho da Comunidade - ACES Baixo Mondego, no âmbito do decreto lei 28/2008, de 22 de fevereiro.**-----

-----Após votação por escrito, foi eleito o Deputado Manuel Inocêncio(PSD) por unanimidade. -----

-----**PONTO OITO: Aprovação, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação e do disposto no artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo, da retificação do Mapa de Pessoal 2022.**-----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** explicando que era somente uma correção a nível de redação. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS), dizendo que era de saudar aquela situação, no sentido de corrigir o que estava errado. No entanto, aludiu para o documento do “Orçamento” que tinha sido aprovado na última Assembleia e que tinha erro nas páginas 315,316 e 317 onde se remetia para o serviço das águas, serviço aquele que já não era feito na CMM.-----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que ia pedir aos serviços que analisassem aquela situação. -----

#### ----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 8 foi **aprovado por maioria**, 9 abstenções do PS e restantes votos a favor (PSD e CHEGA).-----

**-----PONTO NOVE: Anulação, nos termos do artigo 163º do Código do Procedimento Administrativo, da deliberação tomada em 28 de dezembro de 2021 e indicação de um membro cada partido para integrar o Conselho Municipal da Juventude de Mira, em cumprimento do disposto no Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Mira, em articulação com o artº. 26º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.-----**

-----Interveio o **Sr. Paulo Grego** (PS) dizendo que continuava com dúvidas relativamente aquele ponto, pois o regimento não era claro no sentido que, falava em elemento da Assembleia Municipal, mas não dizia claramente se tinha de ser efetivo ou substituto. -----

#### ----- VOTAÇÃO -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia em consonância com os líderes de bancada, colocou à votação a lista com os elementos Rui Pedro (PSD), Augusto Miranda (CHEGA) e Eurico Martins (PS), tendo sido efetuada a votação, por escrutínio secreto e **aprovado por unanimidade**. -----

**-----PONTO DEZ: Aprovação, nos termos das disposições conjugadas das alíneas ccc) do nº 1 do artigo 33º, com a alínea i) do artigo 25º ambos do anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação da alteração**

**da escritura pública de constituição do direito de superfície a favor do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Mira -----**

**----- VOTAÇÃO -----**

-----Colocado à votação o Ponto 10 foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----Não participou na votação, o deputado Manuel Inocêncio, em cumprimento do disposto no art.º 31.º do Código do Procedimento Administrativo, em articulação com o art.º 55.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.-----

**-----PONTO ONZE: Aprovação, da atribuição de apoios para despesas correntes às Juntas de Freguesia, que compõem o Município de Mira, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro-----**

-----O **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que os apoios às Juntas de Freguesia começaram a ser dados em 2014 para a ajuda nas despesas correntes, o apoio estava relacionado com a disponibilidade orçamental da CMM que era o que estava a acontecer naquele momento. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS), dizendo que aquele assunto era agridoce, pois falava-se de transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, o que era doce, mas, o valor não era o expectável. Ressalvou que havia dezenas de freguesias a receberem valores muito elevados comparativamente com as freguesias do Concelho de Mira. -----

-----Interveio o **Sr. Rui Pedro** (PSD), referindo que os orçamentos dados às Juntas de Freguesia eram baixos, no entanto, todo o apoio que fosse dado era bem-vindo. Concordou com a componente fixa, mas, julgava que a componente variável podia ser maior, consoante o trabalho desempenhado por cada Freguesia independentemente do número de habitantes. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente** disse que aquela deliberação se reportava a 2014 e que naquela altura foram fixados critérios e objetivos para atribuição de verbas a cada uma das Juntas de Freguesia e lembrou que desde que estava

em exercício de funções era o executivo que mais teria dado apoio financeiro às mesmas. Não descartou, no entanto, a possibilidade de discutir novos critérios.

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS), dizendo que não discutia os critérios, discutia sim os montantes atribuídos. -----

#### ----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 11 foi **aprovado por maioria**, com 9 abstenções do PS e restantes votos a favor (PSD e CHEGA). -----

-----**PONTO DOZE: Apreciação e votação, conforme previsto no n.º 4 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n. 57/2019, de 30 de abril, da atualização dos valores da transferência de competências para a Junta de Freguesia de Mira** -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** explicou que aquele ponto e o seguinte eram iguais no sentido que se referiam a atualização de valores na Freguesia de Mira e na Freguesia do Seixo. Houve como referência os valores da Freguesia dos Carapelhos, pois foi a última que adquiriu esta transferência de competências. -

#### ----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 12 foi **aprovado por unanimidade**. -----

-----**PONTO TREZE: Apreciação e votação, conforme previsto no n.º 4 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n. 57/2019, de 30 de abril, da atualização dos valores da transferência de competências para a Junta de Freguesia do Seixo** -----

-----Interveio o **Sr. Rui Pedro** (PSD), que salientou que as transferências de competências era algo requerido por cada Junta de Freguesia junto da Câmara Municipal e que assim havia maior celeridade da resolução de problemas. -----

#### ----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 13 foi **aprovado por unanimidade**. -----

---- **PONTO CATORZE: Aprovação, nos termos das alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e na alínea c) do**

**n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, da prévia autorização para a repartição dos encargos, bem como a emissão da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2022 e 2023, no âmbito de procedimento a abrir para realização da empreitada de “Regeneração Urbana do Centro de Mira”.** -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** explicou que aquele ponto estava interligado ao ponto 16 e que era a inscrição de uma nova rubrica que não constava, assim, no orçamento. Era um “prémio” por boa execução de fundos comunitários e a CMM teve direito pela execução que estava a ter naquele âmbito. -----

-----Interveio o **Sr. Paulo Grego (PS)** dizendo que dado o volume monetário naqueles dois pontos, poder-se-ia ter dado mais alguma informação além da que foi fornecida.-----

-----Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita (PSD)** que parabenizou o executivo por aquele prémio e que o montante seria bem aplicado. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** explicou que aquele valor que estava ali para ser aprovado era para ser distribuído por vários orçamentos. -----

#### ----- **VOTAÇÃO** -----

-----Colocado à votação o Ponto 14 foi **aprovado por maioria**, 9 abstenções do PS e restantes votos a favor (PSD e CHEGA).-----

-----**PONTO QUINZE: Aprovação, nos termos do artigo 24.º e nas alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação da repartição de encargos para os anos económicos de 2022 a 2024, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para “Aquisição de serviços de recuperação e**

**reflorestação de terrenos submetidos ao regime florestal ardidos em 2017, no âmbito da Candidatura PDR 2020-814-067654”-----**

-----O **Sr. Presidente da Câmara** pediu autorização para que o Chefe de Divisão, Ângelo Lopes, fizesse uma breve explicação acerca daquele projeto de candidatura para a reflorestação. -----

-----Depois da apresentação (power point) informou que a CMM já teria reunido com o ICNF para alargar a outras áreas. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS), que parabenizou os serviços técnicos da CMM e referiu que aquele projeto era importante para o Concelho de Mira, no entanto, sugeriu que na área que não fosse reflorestada poder-se-ia pensar em direcioná-la para a agricultura. -----

-----Interveio o **Sr. João Pedro Almeida** (PSD) que parabenizou a CMM por aquele projeto, referiu que “aquela” floresta era um ponto turístico e de destaque da nossa região e que era necessário realmente alguma intervenção. -----

-----Interveio o **Sr. João Luís Pinho** (PS) que disse ter ficado sensibilizado com aquele projeto. Aludiu para o facto de depois da plantação em si, se haveria algum reforço temporal, bem como se haveria alguma requalificação ou salvaguarda das linhas de água (drenos) e de algumas vias junto das mesmas. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** explicou que aquele concurso público contemplava uma taxa de mortalidade (a substituição de algumas plantas que não resistam durante um determinado período de tempo). -----

-----Estava aprovado PGF (Plano de Gestão Florestal), ou seja, era um plano que ia fazer a gestão da floresta, contudo ia haver um protocolo, também com o ICNF no âmbito da fiscalização. -----

-----Referiu-se ao projeto “Área Integrada de Gestão da Paisagem” no âmbito do “Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)”, em que passava pela capacitação técnica e pela integração de territórios florestais e de territórios agrícolas. -----

-----Esclareceu que a área que estava afeta à zona florestal não poderia ser reafectada a uma área agrícola. -----

-----Interveio o **Sr. Rui Pedro** (PSD), que disse estar de acordo com aquele projeto e que lhe agradava bastante, no entanto, lembrou que na freguesia do Seixo havia área ardida e que não estava contemplada naquele projeto. -----

-----Interveio o **Sr. Gabriel Pinho** (PSD), dizendo que era um bom projeto, no entanto, disse não ter ouvido falar de água até aquele momento e que era tão importante devido à seca que se fazia sentir nos últimos tempos. -----

-----Interveio o Chefe de Divisão, **Ângelo Lopes**, explicando que as vias não ficariam desassociadas do projeto até porque era intenção da CMM fazer. Os drenos tinham como função “secar” a água, mas naquele momento o procedimento seria manter, somente, os que tinham água. Lembrou que “a nossa floresta” era de proteção e não de produção de madeira. A água não estava contemplada no projeto, mas, a taxa de mortalidade era de 20% segundo o mesmo. -----

#### ----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 15 foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----Declaração de Voto do PS, João Luís Pinho (PS) em nome da bancada do PS disse que o projeto era de congratular e que não queriam deixar de apoiar um projeto de tão grande importância para o Concelho como aquele.-----

---- **PONTO DEZASSEIS: Aprovação, em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º, bem como, da alínea a) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, e artigo do artigo 130º da Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro da 1ª. Revisão Orçamental**-----

#### ----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 16 foi **aprovado por maioria**, 9 abstenções do PS e restantes votos a favor (PSD e CHEGA). -----

---- **PONTO DEZASSETE: Aprovação, nos termos da alínea a), do nº. 1, do artº. 26º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do Regimento da Assembleia Municipal de Mira, para o quadriénio de 2021/2025.** -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informando que houve reunião com os líderes de bancada e que as alterações teriam sido mínimas. Houve uma alteração no tempo de “direito de defesa” de 5 para 3 minutos e houve acerto dos tempos de intervenção dos 3 grupos partidários. -----

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que agradeceu o facto de se ter realizado aquela reunião e de todos terem contribuído para aquele documento.

----- **VOTAÇÃO** -----

-----Colocado à votação o Ponto 17 foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----**PONTO DEZOITO: Processo de inspeção nº NUI/AA/OT/000 004/20.7.AOT- relatório final - Tomada de conhecimento** -----

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que um relatório “follow up” da entidade Reserva Ecológica Nacional e por uma questão de transparência era ali apresentado. -----

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que falou acerca da extensão daquele ponto comparando-o a um romance e que mostrava o que era o concelho de Mira. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

-----**Tomado conhecimento**.-----

-----**PONTO DEZANOVE: Declarações de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso – Ano 2021- Tomada de conhecimento** -----

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que era uma obrigação legal trazer aquele documento ali. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

-----**Tomado conhecimento**.-----

----- **PONTO VINTE: Assunção de compromissos plurianuais - Tomada de conhecimento** -----

----- **VOTAÇÃO** -----

-----**Tomado conhecimento**.-----

---- **ENCERRAMENTO** -----

---- E nada mais havendo a tratar, foi pelo **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** declarada encerrada a sessão pelas vinte e uma horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. ----

O Presidente da Mesa

---

(Nelson Maltez, Sr.)

O 1º Secretário

---

(Luís Lavrador, Sr.)